

Cultura e nacionalismo em choque: a construção histórica do sujeito angolano

Marcelino Mendes Curimemba

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil
curimemba@hotmail.com

Resumo: O estudo em questão pretende analisar como o conceito de cultura e nacionalismo se inscreve no processo histórico angolano a fim de construir um sujeito padronizado que representasse a angolanidade, na medida que diferentes discursos criavam a transposição de normas e condutas, transformando o sujeito e produzindo uma nova cultura. Além disso, o estudo quer compreender como foi a tentativa de descolonização, o que é o tribalismo e o processo de destribalização. A invenção do sujeito angolano buscava, em primeiro lugar: romper com o discurso colonial e estabelecer o nacionalismo angolano. Em segundo lugar, a formação da identidade angolana intencionava a fabricação da unificação cultural, a eliminação da diversidade étnica, linguística e social. O estudo se fundamenta a partir da análise documental e percorre os enunciados que sustentam o surgimento histórico e filosófico da criação de uma identidade normatizada. Esses fragmentos discursivos podem ser encontrados na ordem das referências bibliográficas, produzidos por autores angolanos, assim como nos saberes do Hino Nacional de Angola e da Constituição da República promulgada em 2010.

Palavras-chave: Cultura. Unidade. Angola.

Introdução

O estudo em questão tem como objetivo central discutir os modos como o sujeito se configura no interior dos processos de formação cultural, que, durante determinado período (1975 - 2002), tencionava instituir uma cultura nacional e unificada dentro de um contexto sociocultural, embora reconhecido pelo seu mosaico etnolinguístico. A partir dos anos 1970, iniciou-se a invenção de uma arte específica de governo da sociedade angolana, visando à transformação do sujeito, produzido pelos discursos políticos, sociais e culturais que procuravam formar e gerenciar uma sociedade que correspondesse aos modelos normativos, integrados no aparelho de Estado centralizado. Exemplo disso pode ser encontrado na insígnia da República de Angola, em que o livro aberto, símbolo da educação e cultura, acompanhando o sol nascente, representam a intenção de construir um novo país. Outrossim, além do Hino Nacional (1975) salientamos que a principal corrida da nação se realizaria na construção duma cultura unitária, homogênea e padronizada, por meio de um sujeito novo.

Estruturado através da análise documental e consubstanciada na esteira do pensamento foucaultiano sobre formação discursiva, foi efetuado um inventário desses

documentos, a fim de catalogar os principais elementos, nomeados posteriormente como saberes que criaram conceitos, conhecimentos, até pequenos detalhes que ajudam a pensar a noção de cultura e nacionalismo, assim como o processo de construção do sujeito angolano.

A Técnica Discursiva do “Nós e Eles”

O território angolano, como articulou Eugénio da Silva (2004, p. 06), é composto por mais de onze grupos etnolinguísticos que, embora tenham a cultura *bantu* como “elemento identitário comum, revelam diferentes especificidades que se traduzem num mosaico multicultural’ difícil de gerir, no que toca à valorização dos seus elementos culturais específicos no contexto da matriz nacional”. Esse mosaico foi palco de enfrentamentos culturais, no qual “a luta pela etnocracia, veio substituir a luta pela democracia” (JORGE, 2006, p. 3), resultando no estabelecimento de “política centralizadora e de preferências étnicas e regionais” (BITTENCOURT, 2010, p. 131).

O sulano, como tratou Nascimento (2013), surge como um termo infame, reducionista, para desacreditar o povo do Sul. A denominação *Sulano* também resulta de uma adjetivação preconceituosa, se estabelecendo dentro do imaginário folclórico da cultura angolana, e foi amplamente divulgado, nas arenas sociais, principalmente no período da guerra civil, como aquele que é rebelde, torturador de bebês, assassino de grávidas, que obrigava os seus prisioneiros de guerra a puxarem o trem com seus dentes. Diferentes historiadores (MESSIANT, 2006; BRINKMAN, 2003; AGUALUSA, 2001; BITTENCOURT, 2000; 2010) apontam que o povo do Sul de Angola era visto como o outro que suscitava estranheza. Dentro dessa perspectiva, o sulano foi pensado como o sujeito diferente, inferior, de difícil personalidade e com instinto selvagem que vivia no outro lado das regiões bárbaras e menos civilizadas.

Inge Brinkman (2003, p. 195), em seu estudo sobre a relação da guerra com a questão da identidade angolana, salienta que “em qualquer guerra, a construção do “inimigo” é um processo que envolve uma “política de pertencimento”, traçando a fronteira entre nós e eles”. O que foi acima descrito como técnicas de desqualificação do sujeito do Sul, também foi usado de forma diferente para outro grupo denominado: Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Brinkman (2003, p. 108) menciona que:

A propaganda do Governo também fez muito para reforçar tais estereótipos. Depois que o MPLA entrou no poder em 1975, tinha mais recursos do que os outros Partidos, na divulgação das suas opiniões. O Governo angolano sublinhou a identidade nacional e apresentou todos os inimigos como estranhos. A FNLA

foi especialmente carimbada como uma força externa. Como vimos, a demonização de outros movimentos, incluídos no caso FNLA¹ referenciado ao tribalismo, racismo e estrangeirismo. As acusações de atrocidades de canibais por parte das tropas do FNLA prejudicaram ainda mais a imagem dos retornados².

Essas delimitações das fronteiras, apontadas por Brinkman, aparecem na narrativa de Jose Agualusa (2001, p. 07), no qual o autor além de “mostrar a invenção de um transatlântico que não é só negro, mas essencialmente mestiço, e propiciador de mestiçagens”, também conduz a uma leitura que serve principalmente de análise crítica à desordem em que Angola se encontrava, com a invasão estrangeira e a tentativa de desconstrução de toda a cultura do país. Fradique, um dos personagens principais da narrativa, defende que “antes de forçar um africano a trocar as peles de leopardo por uma casaca do poole, ou a calçar umas botinas do malmstrom, seria melhor procurar compreender o mundo em que vive e a sua filosofia” (AGUALUSA, 2001, p. 17). Bittencourt (2000) salienta que, nessa filosofia angolana, também se destacam os jogos de poder e os conflitos étnicos.

O historiador brasileiro reconhece que, “as relações entre as etnias no meio acadêmico africano é um discurso de elevada repercussão e tão caro na literatura de Angola” (BITTENCOURT, 2000, p. 4). Essa posição de estranhamento em relação ao outro, fora das suas fronteiras étnica, cultural e racial, pode ser notada no raciocínio formulado por um dos personagens do romance de Agualusa (2001) e que foi se difundindo, se multiplicando no imaginário da população. A ideia de que:

Os pretos do mato (geralmente, os do Sul) constituíam grande obstáculo a rápida transformação de Angola, num país moderno, uma vez que não tem sequer uma ideia de Estado, recusam-se a falar português e permanecem cativos de toda a espécie de crenças e superstições (AGUALUSA, 2001, p. 12).

Miguel André (2004) destaca os grupos étnico-linguísticos como um fator propulsor na criação desse sujeito. Numa entrevista de campo, o pesquisador descreve essa divergência que permeia e constitui a separação dos sujeitos angolanos. A diretora do Ministério da Educação nacional, no período de 2001 a 2007, diz:

Meus pais aprenderam a vida toda que os do Sul são gentes de baixo nível e que só serviam para trabalhar nos nossos campos. Eles eram a mão de obra para o cultivo de café (...) nada mais além disso. Eles eram povos diferentes, aqueles que

¹ Um dos principais grupos de libertação nacional. No outono de 1975 estivera quase a capturar Luanda – capital de Angola - vindo do Norte, e apoiado por um exército fortemente armado fornecido pelo presidente Mobutu Sese Seko do Zaire (atualmente República Democrática do Congo).

² São denominados regressados todos os angolanos que durante o colonialismo ou a guerra civil fugiram para a República do Congo. A maioria acabou sendo influenciada pela cultura congoleza, principalmente no uso do dialeto congolês “lingala”. São reconhecidos pela diferença no sotaque e pela prática de outros costumes.

deviam executar ordens, suas danças e canções eram péssimas se comparadas às do Norte (...) eram povos que não deviam se relacionar com os do Norte, para não transmitirem os grandes defeitos que geravam no seu meio (ANDRÉ, 2004, p. 41).

A esse respeito, é possível enxergar a definição dos espaços e dos estatutos que o sujeito do Sul precisa se submeter, criando a necessidade de estabelecer as linhas divisórias e as posições que devem ocupar.

A Emergência e a Normatização do Sujeito Ideal

Em vista disso, o sujeito legítimo é apresentado como aquele que se inscreve no campo do verdadeiro. Logo, o discurso que se formula determina o nortenho como tipo de sujeito elevado, em posição de primazia, localizado no centro-norte de Angola (nas Províncias de Luanda, Bengo, Malange, Benguela, Kuanza Norte), tendo como dialeto o Kimbundu, uma língua considerada relevante no cenário angolano, por ser a língua tradicional da capital. O Kimbundu, segundo alguns autores, legou muitas palavras à língua portuguesa e importou desta muitos vocábulos, produzindo uma característica própria do português angolano (NZAU, 2011). Sobre o efeito da interação das culturas linguísticas, Manuel Jorge (2006, p. 2) aponta que, “aos poucos, a língua portuguesa foi se africanizando e o homem europeu também se angolanizou”. O segmento político dessas regiões, entre o eixo da Província de Luanda-Malanje à Kwanza-Sul, era abertamente simpático a outro grupo partidário do MPLA³.

A formação partidária do MPLA foi narrada no romance de Pepetela (2013). O autor inscreve seu romance numa literatura de representação simbólica, realçando os acontecimentos da luta pela independência e expressando o divisor de águas do pensamento da jovem geração revolucionária. E, além disso, Pepetela narra, em seguida, que a ideologia se transforma em utopia e que os valores universais do socialismo e a ideia da nação angolana dá lugar ao tribalismo e a busca de privilégios próprios (TAY, 2013).

³ O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) foi o segundo movimento político angolano. Adotou um projeto modernizante para a sociedade angolana, a partir de uma abordagem política socialista, que, contudo, foi mudando ao longo dos anos por meio de um movimento de liberalização política e econômica. Para guiar a análise do objeto em questão, procurou-se captar a essência do processo de disputa política entre os Movimentos de Libertação Nacional e os impactos disso na construção do Estado Angolano, desde o período de colonização portuguesa, entrando em conflitos com outros Movimentos de Libertação Nacional (FNLA e UNITA). A vitória do MPLA significou sua consolidação no poder no país. Mantém-se no Governo desde a independência (1975) até os dias atuais (2018).

O tribalismo é o preconceito que acontece entre grupos sociais de pessoas da mesma cor ou raça, mas pertencendo a regiões diferentes. A noção do tribalismo é regionalista e não racista. O tribalista fundamenta sua superioridade a partir da origem de seu nascimento. O tribalista se observa localizado dentro de um espaço culturalmente avançado e olha de longe e com desprezo o outro que não faz parte do seu ciclo, geográfico e cultural, como pertencente a um determinado grupo dominado pelo obscurantismo intelectual, atraso cultural e religiosamente primitiva. É no discurso tribal que emerge a necessidade de iluminar a velha sociedade tradicionalista e obsoleta. É no discurso tribal que surge o papel do sujeito elevado, e que se apresenta como o sujeito ideal com uma missão quase divinal para trazer a luz outros povos.

É nesse espaço divisório das fronteiras que determinado sujeito angolano se apropria do discurso sobre tribalismo. Segundo a narrativa do escritor angolano, tal sujeito surge com a missão de “andarem muito por aí (nas outras Províncias), para civilizar os bárbaros” (PEPETELA, 2013 p. 14), e sempre na pretensão de serem superiores (AGUALUSA, 2001). Esse mesmo sujeito, o angolano do Norte, aparece no período colonial como o sangue novo, para a defesa da pátria. Na poesia de Mario de Andrade (1979), o aviso é decretado, de que um novo sujeito está emergindo para dar fim ao colonialismo, que nada poderá parar a sua empreitada na luta contra o imperialismo português, logo se devia alertar:

Ao Tuga⁴ que deixe de amedrontar o mato!
Vai dizer ao Tuga que se deixe disso.
Porque há sangue novo a ombrar a espingarda!
há sangue jovem para defender a Pátria (ANDRADE, 1979, p. 33).

Aqui, o autor poetiza o surgimento desse sujeito nas entranhas do MPLA, movimento político que ele mesmo ajudou em sua organização. Nesse poema, anuncia-se a formação e o surgimento do homem novo como sangue jovem na defesa da pátria. O nacionalista também demonstra que não existia escape, que os alicerces já estão sendo postos, que o homem novo veio para permanecer, que a negação não é facultativa. Existe uma ligação bastante próxima da constituição do homem novo, que se define entre as reconfigurações dos saberes culturais – unidade e nacionalismo – e sua relação estreita com o processo de construção de um sujeito “emancipado”, militante, que emerge por meio de um ideal político e filosófico nas entranhas do MPLA. Na mesma poesia, buscando demonstrar a abrangência e relevância desse projeto, ele proclama:

⁴ Gíria angolana que significa português ou aquele que nasceu em Portugal, assim como Zuca, que significa brasileiro.

Tu que recusas o MPLA aonde vais?
No céu é longe, no chão é duro.
MPLA cercou Angola, aonde vais?
(ANDRADE, 1979. p. 36).

Nessa perspectiva cultural e de unificação nacional, o homem novo emergia para sanar ou, no mínimo, costurar aquilo que era considerado, dentro desse discurso, como interstício dos diversos grupos étnico-linguísticos. A concepção de homem novo trabalha em duas frentes: primeira, era uma tentativa de descolonização, aqui seu papel era ostensivo; em segundo lugar, projetava formar uma nova sociedade, por isso adotou a cultura nortenha como padrão do angolano ideal. Aqui, seu papel, nessa segunda frente, era formativo, por meio da educação socialista como cunho ideológico do Estado, servindo como ferramenta que poderia eliminar a diferença.

Nacionalismo: unidade contra diversidade

Ao pensar sobre diferença, o conteúdo formativo se referia particularmente à cultura sulista. A tentativa de unir a nação de Cabinda ao Cunene através do conceito de “Um Só Povo e Uma Só Nação” era uma amostra desse projeto. Ao estudar sobre etnicidade e identidade angolana, Tatiana Pinto (2008, p. 45) afirma que o objetivo principal era:

Suplantar as diferenças, por intermédio do estabelecimento de um novo comportamento. O que deixa claro que posicionamentos de ordem étnica e racial, regionalismos ou qualquer outra forma de divisionismo, fraccionismo não deveriam ter lugar, já que dividiam a nação.

Em outra pesquisa, desenvolvida por Araújo (2005), o autor pontua que as primeiras características que a cultura nacional precisava se tornar era a necessidade de inventar uma sociedade solidificada à base de um sujeito angolano normatizada, no qual suas qualidades se presumiam em ser:

Adaptável e flexível constantemente no intuito de ser o fio condutor para o estabelecimento de uma nova sociedade, assentada em novos propósitos. Não poderia ser um homem reacionário, entendido aqui como tendo enraizada as suas particularidades étnicas ou regionais; nem mesmo ser um assimilado, produto da política colonial (ARAÚJO, 2005, p. 50).

As sobreposições de discursos vão sendo representadas de diversas maneiras, na medida em que elas servem para estruturar o campo possível da ação dos outros. A identidade desse sujeito é uma construção vinculada aos atos políticos. O homem novo pode ser visto como a produção de uma nacionalidade forjada. Buscava-se encontrar, após árduo

trabalho, uma forma que promovesse uma identidade para a maioria. Essa posição é defendida por João Pinto (2013, p. 58), ao salientar que:

A criação de personalidades coletivas era importante para que os indivíduos se localizassem socialmente e para que as identidades individuais e os laços étnicos tradicionais fossem suplantados por esta nova identidade pós-independente. Neste sentido, o Estado tentava transformar as formas de sociabilidade com o intuito de fazer o projeto de construção do Homem Novo vigorar em Angola.

O que se constata, nesse texto, é o gerenciamento da sociedade por meio de instrumentos de comportamentos desejáveis ou até mesmo indispensáveis, fundamentados em um fio condutor localizável – na implementação da nova identidade social. É nessa tentativa de quase morte do velho eu engendrado nos laços étnicos tradicionais, que Pinto retrata, e pode ser analisada através do conceito de exercício de poder articulado na obra de Foucault.

O historiador francês afirma que, para que o governo da sociedade e constituição do sujeito se tornar possível, são precisos a utilização de “procedimentos, que, sem dúvida, existem em toda civilização, pressupostos ou prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins” (FOUCAULT, 1997, p. 109). Em vista disso, Castro (2016, p. 299) salienta que o “exercício moderno do poder é, para Foucault, fundamentalmente da ordem da normalização dos indivíduos e das populações”. Esse modo de normatização se coaduna com o contexto angolano, em que a fabricação do homem novo consistia em formar um sujeito fundante, originário, composto em unidade cultural. Trata-se de produzir um sujeito específico. Isso pode ser ponderado na afirmação de João Pinto (2013, p. 54) ao mencionar que:

O governo angolano tentou suprimir os vínculos tradicionais das populações, pois considerava que estes vínculos poderiam levar a conflitos étnicos e, mais importante ainda, a uma baixa adesão ao projeto de construção da nacionalidade angolana. Era necessário, portanto, nas palavras de Agostinho Neto ‘destruir o velho para construir o novo’.

A redução da nacionalidade a uma única dimensão é parte de uma imposição levada a cabo pela força da educação, da mídia, musicados bens culturais, presumindo uma adequação e um ajustamento das diversas comunidades humanas que delas fazem parte (PINTO, 2008; PINTO, 2013; JORGE, 2006; NASCIMENTO, 2013). Não se trata de um projeto centrado nos governos, mas de um projeto disperso na cultura em geral, no qual o governo é um ator importante, mas não o único. Reduzir a nacionalidade a uma única dimensão era visto como uma questão de suma importância, pelo fato de que “as escolhas e posicionamento político influenciavam inúmeras vezes nas tomadas de decisões políticas e

religiosas”⁵ (BRINKMAN, 2003, p. 202). As três potências políticas (FNLA, MPLA e UNITA)⁶ eram, também, regionais e tinham seus espaços de predominância. A cidade natal, o dialeto e a etnia em Angola, serviam como fatores determinantes na formação e conscientização política. Isso pode ser analisado no Hino Nacional.

O Pátria, nós saudamos os teus filhos tombados pela nossa Independência.
Honramos o passado a nossa História! Construindo no trabalho o homem novo.
Angola, avante! Revolução, pelo Poder Popular! Pátria Unida, Liberdade, um só
povo, uma só Nação! (ANGOLA, 1975).

O fragmento do hino nacional de Angola (HNA), de autoria do escritor e advogado Manuel Rui (1975), foi escrito como tentativa de narrar acontecimentos da luta pela independência, de rupturas do colonialismo e a transição para o poder popular, do reconhecimento de bravura e altruísmo. Lá, no Hino Nacional, pensa-se sobre as memórias dos eventos dos filhos angolanos, apenas aqueles que são vistos tombando pela independência, e, conseqüentemente, convoca-se os presentes para uma Angola avante na construção de um novo futuro.

O Hino Nacional e o Governo do Outro

A filosofia do HNA busca demarcar um período de ruptura, propõe o cultivo de uma nova cultura e pretende apresentar o estabelecimento de um novo Estado. O Hino Nacional pode ser analisado como caracterizado pela forma de idealizar o sujeito, como um convite à realização plena do homem angolano, visando a sua adequação aos valores da história nacional angolana. O HNA aponta que é no trabalho que se constrói esse novo angolano, reflexão da necessidade urgente para reestruturar os espaços administrativos. A carência de profissionais formados para suprir as demandas na saúde e na educação tornou-se uma das preocupações primordiais, vácuo este deixado pelos colonizadores.

Vale lembrar ainda que o Hino Nacional foi escrito durante um período tempestuoso e de ânimos efervescentes. Numa entrevista concedida à Revista Angop, Manuel Rui (2015) explica o contexto da escrita do hino, realizado numa circunstância de guerra, de muita

⁵ O primeiro estudo de caso feito por Brinkman demonstra o exemplo da identidade no Norte de Angola. Nas interpretações clássicas do nacionalismo angolano, o papel da etnia e da religião é reforçada. Assim como René Pélissier, bem como John Marcum, classifica os três movimentos nacionalistas angolanos em termos étnicos e religiosos. O MPLA foi ligado aos Umbundus e mestiços, aliado do catolicismo romano e da Igreja Metodista; a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA) estava relacionada à Igreja Batista e aos Bakongo, a Unita foi aliada da Igreja Congregacional e dos Ovimbundus.

⁶ Força Nacional de Libertação Total de Angola (FNLA). União Nacional de Independência Total de Angola (UNITA).

pressão e ansiedade. Apenas dois dias⁷, e às pressas, foram usados para articular a filosofia basilar do hino nacional, que tendiam moldar ou influenciar o comportamento de toda sociedade angolana. Manuel Rui (2015, p. 04) diz que “o pensamento que surgiu a princípio era pontuar algo que deveria marcar a identidade angolana, o patriotismo de quem sofreu durante muitos anos para ver o país livre do colonialismo português”.

O que pode ser dito do Hino Nacional é talvez a tentativa de fazê-lo se tornar inopinado. No entanto, é incerto a resposta, pode-se, todavia, conjecturar que havia a intencionalidade de produzir um vaticínio de um futuro próximo, previsto e palpável, do desmoronamento do colonialismo em território angolano e a construção do novo estado social. Por conseguinte, o Hino Nacional pode ser pensado, a partir da segunda hipótese, como lançamento dos fundamentos basilares de construção para a nova sociedade. Lá, se desenha o tipo de sujeito angolano, seu papel diante da sociedade, os elementos essenciais do patriotismo. E o hino continua:

Levantemos nossas vozes libertadas para glória povos africanos. Marchemos, combatentes angolanos solidários com os povos oprimidos. Orgulhosos lutaremos Pela Paz. Com as forças progressistas do mundo. Angola, avante! Revolução, pelo poder Popular! Pátria Unida, Liberdade, um só povo, uma só Nação! (ANGOLA, 1975).

O Hino Nacional, como supracitado, pode ser visto como estratégia utilizada pelos representantes do nascente Estado, na construção da nacionalidade, ou do sentimento de pertença a um projeto de nação. Conforme declaração de Kelly Araújo (2005, p. 77), “isso é entendido como um tipo muito nítido de sentimento e sensibilidade de lealdade e identificação, por aqueles que faziam parte, dentro dos limites territoriais definidos, desse mesmo Estado”. Entender o conceito do homem novo como elemento motriz para a unidade nacional é outra faceta que esse papel discursivo pretendia cumprir. Isso se manifesta no refrão do Hino Nacional: “um só povo, uma só nação” (ANGOLA, 1975). A possibilidade de unificar as diferenças apenas poderia ser realizável na medida em que existisse um processo de invenção de um novo sujeito que estivesse acima de todo esse antagonismo étnico, histórico, linguístico e cultural.

Contudo, se o HNA proclama esse homem novo na sua forma poético-musical, a legislação não deixa de criar também as condições para a emergência do que estamos aqui tentando desenhar como homem novo. No Artigo 5 da Constituição Nacional de 1977, a lei

⁷ Enquanto que a UNITA se organizava para proclamar a independência nacional na província do Huambo, o MPLA se prepara em Luanda para anunciar tanto a independência nacional, a organização da bandeira nacional e o hino nacional. Era uma época de tensão política, Manuel Rui salienta que, “o hino foi escrito às pressas pelo pouco tempo que tinham.

declara fim às diferenças que circulavam nas várias “Ngolas⁸”. Esse exercício se assemelhava em parte com o projeto empreendido pelos portugueses no período colonial, em nome da civilização, nesse caso os arranjos que foram realizados para a unidade geográfica consistiam em ferramentas como o conhecimento obrigatório da língua portuguesa e o extermínio de qualquer dialeto autóctone, além da eliminação de qualquer vestígio cultural que pudesse servir de empecilho aos seus projetos civilizacionais.

A colonização portuguesa tentou criar, assim, um tipo específico de sujeito – denominado como assimilado. Mas, esse sujeito era mais um esforço de angolanos negros e nativos, que decidiam, de algum modo, se destribalizar, para a obtenção dos mesmos direitos e regalias que um cidadão português possuía. Ao renegar as suas tradições, não sabendo, por vezes, falar a língua local, ele era “impelido a se aproximar das estruturas organizacionais europeias e, enfim, se urbanizar, desempenhando plenamente o seu papel de pilar da colonização” (JORGE, 2006, p. 7).

O MPLA envereda nesse caminho, “na medida em que a construção da nação passou a implicar o fim das etnias” (JORGE, 2006, p. 4), com o mesmo propósito, de controle – para que nada escape ao seu governo, para que todos possam estar numa forma de assujeitamento. A inquietação acontece ao tentar entender como se opera esse assujeitamento e os modos de prescrições que determinam as exclusões e escolhas que serão tomadas para esforçar a emergência de outras identidades. Vale lembrar que as condições políticas na formação de sujeitos, conforme abordado pelo historiador brasileiro Bittencourt (2010), salientam como os discursos instituídos e organizados servem de mecanismo que unifica, separa e define, não apenas o outro, mas também a si mesmo, como pertencente a um determinado grupo, como ligado a determinado componente social, definido como um tipo de sujeito. Ademais, Weizenmann (2013, p. 12) pensa, de modo geral, que essas práticas executadas por uma incidência política se refletem:

Sobre os corpos e que encontra respaldo em uma rede de saberes que o cerca esquadrinhando seus movimentos, promovendo automatismos, adestrando suas paixões, fabricando individualidades dóceis, úteis e produtivas.

Essa reflexão de Weizenmann pode ser pensada ao se estudar os objetivos dos discursos de unificação nacional a um tipo de sujeito novo. Tratava-se de tramar o novo sujeito com a possibilidade de diagnosticá-lo, prever suas ações, governar sua maneira de ser e pensar, um sujeito manuseável, acrítico e consentâneo aos discursos do Estado. O

⁸ Ngola (pronuncia-se GONLA) era os nomes das tribos que faziam parte do Reino do Congo antes da chegada dos colonos portugueses. Em cada tribo havia um rei que governava. Angola é o nome aportuguesado do termo Ngola.

texto da Lei, promulgada em 1975, revela o seu interesse principal na fundação de uma nova sociedade, diz que “será promovida e intensificada a solidariedade económica, social e cultural entre todas as regiões da República Popular de Angola, no sentido do desenvolvimento comum de toda a nação angolana e da liquidação das sequelas do regionalismo e do tribalismo” (ANGOLA, 1975, Art. 5). Com o surgimento da Lei da Revisão Constitucional n.º 23/92 de 16 de setembro de 1992, foram criadas as premissas constitucionais necessárias, principalmente em relação à liberdade cultural, introduzindo-se, em seguida, “alguns novos Artigos visando o reforço do reconhecimento e garantias dos direitos e liberdades fundamentais, com base nos principais tratados internacionais sobre direitos humanos à que Angola já aderiu” (ANGOLA, 1992, p. 1).

Considerações finais

A noção de nacionalismo, cultura e identidade angolana, surgiram a partir de um contexto histórico de lutas e de enfrentamentos. São resultados de um processo de disparidades conceituais e de adaptações teóricas de acordo com o calor das vivências históricas. Esses episódios foram marcados pela experiência do colonialismo, dos movimentos de libertação, dos conflitos entre grupos beligerantes sem espaço para debates abertos, divergentes e democráticos, com diferentes articulações filosóficas e pretensões de não partidizar ou doutrinar a produção do conhecimento em nome duma causa preestabelecida. Conforme o estudo se desenvolveu, notou-se que a cultura angolana longe de ser homogênea refletia o contexto africano que, além das riquezas naturais do continente, também espelha a multiforme manifestação cultural.

Com o processo de colonização, civilização europeia e a cristianização de Angola, houve uma tentativa de retomar, após a independência, não só o governo das mãos do regime português, mas também resgatar a cultura, a identidade, o nacionalismo e produzir elementos que legitimavam e davam referências daquilo que poderia ser considerado como a angolanidade. Logo, foi necessário a invenção de discursos que visavam suprimir a diferença, por meio da construção de um sujeito novo. Para isso, a reconstrução da cultura e nacionalidade encontrou duas barreiras a serem superadas: a descolonização e a destribilização. Os elementos utilizados para solucionar tal problemática foram a noção de unidade nacional e a produção do homem novo como projeto discursivo que alinhariam a sociedade numa cultura idealizada e padronizada que poderia estar além de qualquer tradição regionalista. Isso, possibilitado por intermédio do Hino Nacional e da Constituição da

República, na medida que se desenhava o sujeito ideal e a redução de qualquer sequela do regionalismo.

CULTURE AND NATIONALISM IN SHOCK: THE HISTORICAL CONSTRUCTION OF THE ANGOLAN SUBJECT

Abstract: The study in question aims to analyze how the concept of culture and nationalism is inscribed in the Angolan historical process in order to build a standardized subject that represents Angolanity, as different discourses created the transposition of norms and behaviors, transforming the subject and producing a new culture. In addition, the study wants to understand how the attempted decolonization was, what is tribalism and the process of detribalization. The invention of the Angolan subject sought in the first place: to break with the colonial discourse and establish Angolan nationalism. Second, the formation of Angolan identity intended the fabrication of cultural unification, the elimination of ethnic, linguistic and social diversity. The study is based on the documentary analysis and goes through the statements that support the historical and philosophical emergence of the creation of a normatized identity. These discursive fragments can be found in the order of bibliographical references produced by Angolan authors, as well as in the knowledge of the National Anthem of Angola and the Constitution of the Republic enacted in 2010.

Keywords: Culture. Unit. Angola.

Referências

AGUALUSA, José Eduardo. **Nação Crioula: A Correspondência Secreta de Fradique Mendes - Romance**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2001.

ANDRADE, Mario de. **Antologia Temática da Poesia Africana**. Lisboa: Editoria Sá da Costa, 1979.

ANDRÉ, Antônio Miguel. **A Formação do Homem Novo: uma análise dos técnicos governamentais atuando hoje em Angola**. Campinas: Unicamp, 2004. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

ARAÚJO, Kelly Cristina Oliveira de. **Um só Povo, uma só Nação: o discurso do Estado na construção do homem novo em Angola (1975-1979)**. São Paulo: USP, 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BITTENCOURT, Marcelo. A História Contemporânea de Angola: seus achados e armadilhas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A HISTÓRIA DE ANGOLA, 2, 2000, Luanda. **Atas...** Luanda: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 161-185.

BITTENCOURT, Marcelo. **Tradições e Modernidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 129-144.

BRINKMAN, Inge. **War and Identity in Angola Two Case-Studies**. Lusotopie, Bordeaux, p. 195-221, 2003.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FOUCAULT, Michel. Subjetividade e verdade (1980-1981). In: FOUCAULT, Michel. **Resumo dos Cursos do Collège de France** (1970-1982). Rio de Janeiro: Zahar; 1997. p. 107-115.

HÖRING, Jéssica da Silva. **Os Movimentos de Libertação Nacional em Angola**: Trajetória Política, Guerra Civil e Impactos sobre a Construção do Estado (1972- 2002). Porto Alegre: UFRGS, 2015. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

JORGE, Manuel. **Nação, Identidade e Unidade Nacional em Angola**. Latitudes, France, n. 28, dec. 2006.

MEIJER, Guus; BIRMINGHAM, David. **Da Paz Militar à Justiça Social? O Processo de Paz Angolano**. Londres: Conciliation Resources, 2004.

MESSIANT, Christine. **L'Angola Colonial, Histoire et Société**: les prémisses du mouvement nationaliste. Basel: P. Schlettwein Publishing, 2006, 443 p.

NASCIMENTO, Washington Santos. **Gentes do Mato**: os “novos assimilados” em Luanda (1926-1961). São Paulo: USP, 2013. 235 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NZAU, Domingos Gabriel Ndele. **A Língua Portuguesa em Angola. Um Contributo Para o Estudo da sua Nacionalização**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2011. 203 f. Tese (Doutoramento em Letras) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2011.

PEPETELA. **A Geração da Utopia** (Romance). São Paulo: Leya, 2013.

PINTO, João Paulo Henrique. **Nascimento, Vida e Morte de um Homem Novo**: caminhos para a construção da identidade nacional angolana (1962 a 1992). Niterói: UFF, 2013. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

PINTO, Tatiana Pereira Leite. **Etnicidade, Racismo e Luta em Angola**: as questões étnicas e raciais na luta de libertação e no governo Agostinho Neto. Niterói: UFF, 2008. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

RUI, Manuel. Hino Nacional Escrito e Musicado em Dois Dias e sob Muita Pressão. **Revista ANGOP**, Luanda, 2015. (Entrevista).

SILVA, Eugenio Adolfo da. Direito a Educação e Educação Para Todos Numa Sociedade em Desenvolvimento (Caso Angola). In: CONGRESSO LUSO-AFROBRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8, 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004.

TAY. O Povo é como Tronco de Árvore. Resenha. **Posfácio**, 03 de maio de 2013.

WEIZENMANN, Mateus. **Foucault**: sujeito, poder e saber. Pelotas: Ed. Série Dissertatio-Studia, 2013.

SOBRE O AUTOR

Marcelino Mendes Curimena é mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); assessor de Imigrantes e Refugiados do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (GAIRE), vinculado a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Recebido em 30/10/2018

Aceito em 19/12/2018